

Os Problemas da Saúde em Portugal

Health Problems in Portugal

A frase popular “a maior riqueza é a saúde” atesta bem a importância que este estado tem na nossa Sociedade. Contudo, hoje, ao contrário de tempos idos, saúde não é apenas ausência de doença, antes é, citando a OMS, o bem-estar físico, mental e social. É este conceito, tão importante nas sociedades desenvolvidas, das quais fazemos parte, que, fomentando a procura constante de soluções para todos os problemas, torna a saúde tão pesada em termos de orçamento do Estado, bem como dos próprios doentes, tornando-a difícil de sustentar e por isso com necessidade de reforma.

Três fatores contribuem decisivamente para este desfecho: a crise económica, o envelhecimento da população e a inovação. Em relação à crise económica, naturalmente somos mais afetados porque somos um país pobre, pois, caso contrário, o problema não se poria, pelo menos com esta premência. Quanto ao envelhecimento da população, o Census de 2011 mostrou que 19,1% da população portuguesa tem mais de 65 anos, sendo cada vez maior a proporção dos muito idosos, ou seja os que têm mais de 85 anos, e até o número de centenários tem aumentado significativamente, sendo 1791 em 2011 e seguramente mais de 2000 hoje. Como é natural, associado ao envelhecimento vem mais doença, maior consumo de cuidados de saúde e medicamentos, mais incapacidade, mais dependência e consequentemente maior despesa. A inovação é outro dos fatores a pesar significativamente na sustentabilidade do SNS, mormente através de novos medicamentos, dispositivos médicos ou técnicas de diagnóstico e terapêutica. Basta referir que os medicamentos para tratar quatro patologias: cancro, SIDA, hepatites e doenças autoimunes (áreas de grande inovação terapêutica), são responsáveis por quase 40% do total dos gastos do SNS com medicamentos e que, por exemplo, um desfibrilhador cardíaco de uso pessoal pode custar cerca de 30.000 Euros.

Mas, a despeito destes três fatores terem um peso significativo no equilíbrio financeiro do SNS, na verdade não os podemos alterar: a crise económica é complexa, lenta na recuperação e depende mais do exterior do que de nós; o envelhecimento da população é uma conquista da civilização que não se pode perder; e a inovação em saúde é fulcral para sermos cada vez mais uma sociedade desenvolvida, na qual as pessoas possam viver cada vez mais e com melhor qualidade de vida.

Então o que fazer? Teremos dois caminhos: ou continuarmos no caminho que temos trilhado, em que os sucessivos cortes no orçamento da Saúde irão levar inexoravelmente a perda de qualidade e dificuldade de acesso aos cuidados de saúde, ficando os mais pobres cada vez mais desprotegidos, e onde apenas os mais ricos, através do recurso à medicina privada, poderão ter acesso a cuidados de saúde de elevada qualidade; ou, aceitando os cortes como inevitáveis, redefinirmos a estratégia do SNS de modo a que, com menor orçamento, possamos não perder qualidade nos serviços prestados, continuando pobres e ricos a ter acesso ao que de melhor faz a Medicina. Em minha opinião esta última hipótese é obviamente o caminho certo, contudo, para isso é necessário reformar a saúde, nomeadamente o SNS. Serão aspetos primordiais para atingir esse desígnio uma efetiva cobertura e resposta dos cuidados de saúde primários, uma reforma da organização hospitalar, quer em termos de concentração de diferenciação quer em termos de reorganização interna dos serviços, e uma real e complementar articulação dos cuidados de saúde primários com os hospitais.

A Medicina Interna, assumindo-se como a especialidade fulcral do que deverá ser essa nova e desejável reforma hospitalar, terá um papel cada vez mais determinante no hospital do futuro e no Sistema de Saúde Português.

Manuel Teixeira Veríssimo

21/12/15

Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, Coimbra, Portugal